

**ASPECTOS ECONÔMICOS DA CADEIA PRODUTIVA DO PEQUI NOS  
MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE MONTES CLAROS.**

*ECONOMIC ASPECTS OF THE PEQUI PRODUCTION CHAIN IN THE  
MUNICIPALITIES OF THE MICRORREGIÃO DE MONTES CLAROS.*

**Graziano Leal Fonseca  
Maria Tereza Pereira dos Santos  
Maria Ivete Soares de Almeida**

**Universidade Estadual de Montes Claros**

grazianolf@yahoo.com.br, mary\_santos2014@hotmail.com.br, ivetegeo@yahoo.com.br

**RESUMO**

Considerado o segundo maior bioma de Brasil, o Cerrado apresenta em sua fitofisionomia uma grande riqueza de espécies, base para o extrativismo que garantem a sobrevivência de inúmeras famílias habitantes de comunidades rurais. Dentre os inúmeros produtos extraídos do Cerrado com potencial para comercialização se destaca o Pequi. Dessa forma Minas Gerais tem no desenvolvimento da cadeia produtiva do pequi, uma alternativa que contribui com o desenvolvimento local de regiões mais pobres do Estado. Assim o presente artigo tem como objetivo destacar a relevância econômica do extrativismo do pequi para as populações rurais de diversos municípios que compõe a Microrregião de Montes Claros, no Norte de Minas Gerais. O levantamento de dados foi conduzido por etapas, divididas em pesquisa bibliográfica, levantamento e análise de indicadores sociais e econômicos, trabalho de campo com realização de entrevistas, visitas as Ematers e as comunidades rurais. Com esses procedimentos foi possível analisar que os municípios que compõe a microrregião de Montes Claros apresentam grande potencial para o desenvolvimento do extrativismo do pequi, mesmo que a renda e os lucros sejam distribuídos de forma desigual e não seja explorado todo seu potencial. Carecendo assim de maior incentivo de órgãos públicos e organização das comunidades extrativistas.

**Palavras-Chave:** Pequi, Extrativismo, Comercialização.

**ABSTRACT**

Considered the second largest biome in Brazil, the Cerrado presents in its phytophysionomy a great wealth of species, base for the extractivism that guarantee the survival of countless families living in rural communities. Among the numerous products extracted from the Cerrado with potential for commercialization, Pequi stands out. In this way Minas Gerais has in the development of the pequi productive chain, an alternative that contributes to the local development of the poorer regions of the State. Thus the present article aims to highlight the economic relevance of pequi extractivism to the rural populations of several municipalities that make up the Microregion of Montes Claros in the north of Minas Gerais. Data collection was carried out in stages, divided into bibliographic research, survey and analysis of social and economic indicators, fieldwork with interviews, visits to Ematers and rural communities. With these procedures it was possible to analyze that the municipalities that make up the microregion of Montes Claros present great potential for the development of pequi extractivism, even if income and profits are unevenly distributed and their full potential is not exploited. This lack of greater incentive from public agencies and the organization of extractive communities.

**Keywords:** Pequi, Extractivism, Marketing.

## INTRODUÇÃO

Considerado como o segundo maior bioma brasileiro, o Cerrado possui uma área de 2.036.448 km<sup>2</sup>, correspondendo a aproximadamente 23% do território nacional. Este bioma encontra-se localizado entre as coordenadas de 5° e 20° de latitude Sul e 45° a 60° de longitude Oeste, abrangendo em totalidade a área territorial dos estados do Distrito Federal, Goiás, Tocantins e partes dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Piauí, Rondônia e São Paulo. Ocorre também em áreas isoladas ao norte nos Estados do Amapá, Amazonas, Pará e Roraima, e ao sul em pequenas áreas do Pará (RIBEIRO & WALTER, 1998).

O cerrado apresenta uma fisionomia bem diversificada, sendo observado desde áreas campestres abertas, até composições florestais densas, ocorrendo ainda variações intermediárias entre estes dois extremos (MEDEIROS, 2011). É formado por uma grande diversidade de fauna e flora com a presença de espécies endêmicas, além de abrigar as nascentes dos principais rios das bacias Amazônicas, da Prata e do São Francisco (MEDEIROS, 2011).

A grande riqueza de espécies do cerrado em todas as suas fitofisionomias serve como base de sobrevivência cultural e material de habitantes de comunidades rurais e povos tradicionais, (MEDEIROS, 2011). Estes têm como fonte de renda principal ou complementar o extrativismo de sementes, flores, frutos, folhas, raízes, cascas, látex, óleos, corantes e resinas, e a produção de uma diversidade de produtos alimentícios, aromáticos, medicinais, madeira e matéria prima para artesanato além de caça e pesca (MEDEIROS, 2011 e HOMMA, 1993). O Cerrado é uma base de recursos materiais que manejado de forma sustentável pode perpetuar um ciclo de geração de renda para um grande número de famílias, contribuindo com o desenvolvimento local e regional, além de contribuir com a preservação desse ecossistema. (POZO, 1997).

No entanto, na contramão dessa lógica de uso sustentável, o Cerrado há décadas vem sofrendo com a ação humana através da substituição de sua vegetação nativa para inserção de espécies exóticas como a formação de pastagem para expansão da pecuária, o plantio de eucalipto e pinos além da expansão da agricultura e o corte de madeira nativa para fabricação de carvão. Como exemplo, podemos destacar a região Norte de Minas que nos anos de 1970 e 80 teve grande parte da vegetação nativa do cerrado retirada para a plantação de monoculturas de eucalipto e pinos.

Diante do contexto em tela o extrativismo sustentável dos recursos materiais do cerrado, já praticado por um sem número de famílias, povos e comunidades tradicionais habitantes desse bioma, mostra-se como um caminho possível e viável para a preservação e recuperação do Cerrado e para o desenvolvimento local. Para tanto, conhecer e desenvolver a cadeia produtiva dos diversos produtos extraídos do Cerrado mostra-se fundamental.

Dentre os inúmeros produtos extraídos do Cerrado com potencial para comercialização se destaca o Pequi<sup>1</sup>. Este fruto é uma espécie de ampla distribuição geográfica, podendo ser encontrada nos estados de Goiás, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais (LORENZI, 2002). É uma planta arbórea da família Caryocaraceae. Essa espécie é semi decídua (perde cerca de 50% das folhas no período da seca), heliófita, seletiva xerófila e pioneira (LORENZI, 2002). Ocorre principalmente em regiões de cerrado, cerrado denso, cerrado e cerrado ralo. A espécie pode ser regionalmente conhecida como pequi, piqui, piquiá-bravo, amêndoa-de-espinho, grão-de-cavalo, pequiá, pequiá-pedra, pequerim, suari e piquiá. (SANTOS et al., 2004). Na região Norte de Minas o fruto é conhecido como pequi.

A floração desta espécie no Estado ocorre normalmente entre os meses de setembro a novembro (CARVALHO, 2009), e a frutificação de outubro a março (FAGUNDES *et al.*, 2007;

<sup>1</sup>A relevância do extrativista tida como espécie símbolo do Cerrado fica evidenciada na Portaria Federal 54, de 05 de março de 1987, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que impede o seu corte e comercialização de sua madeira em todo o território nacional (RIBEIRO, 2003; WERNECK, 2001).

VILELA *et al.*, 2008). A produção de frutos é variável podendo chegar a mil frutos por planta, em um período de 20 a 40 dias em média.

Este fruto é de grande valor nutritivo, sendo utilizado para o consumo direto, onde o fruto é preparado normalmente acompanhando outros pratos e ainda como óleo, farinha do pequi, extração da amêndoa, sorvete, doces e conservas, além do uso medicinal.

Dessa forma Minas Gerais tem no desenvolvimento da cadeia produtiva do pequi, ainda que estruturada na informalidade, uma alternativa que contribui com o desenvolvimento local de regiões mais pobres do Estado. Entretanto a quantidade de dados na literatura é ainda incipiente, necessitando, portanto, de estudos que ampliem essas informações, identifiquem os municípios potencialmente produtores e desvele a rede de relações sociais, econômicas e culturais que constitui a cadeia produtiva do pequi no Estado. Nessa perspectiva, a demanda por estudos que se debrucem sobre os arranjos produtivos do pequi se faz necessário para que se possam identificar os gargalos de sua cadeia produtiva, oferecendo subsídios técnicos para elaboração de políticas públicas e fortalecimento dessa cadeia.

Em consonância com a demanda levantada, o presente artigo foi elaborado a partir de resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado “Extratativismo do Pequi em Minas Gerais: potencial produtivo, aspectos culturais e ambientais, socioeconomia e organização comunitária<sup>2</sup>”, cujo objetivo é analisar e descrever os aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais relacionados a cadeia produtiva do pequi no Estado.

A guisa da apresentação, o presente artigo toma como objetivo destacar a relevância econômica do extrativismo do pequi para as populações rurais de diversos municípios que compõe a Microrregião de Montes Claros, no Norte de Minas Gerais.

## MATERIAIS E METODOS

### Caracterização da área

A microrregião de Montes Claros está inserida na Mesorregião Norte de Minas. Nesta área estão localizados os principais municípios produtores de pequi em Minas Gerais. O Norte de Minas é formado por dezenas de municípios de pequeno porte, caracterizados por uma baixa taxa de urbanização, com o dinamismo da economia mais limitado, predominantemente sustentada na agropecuária de subsistência e no extrativismo. (FREDERICO, 2009), além de serviços. A tabela 1 mostra dados de IDH, Índice de Gini e Renda dos Municípios em análise.

Tabela 1: Indicadores socioeconômicos dos municípios analisados (IBGE 2010).

Município	Índice de Gini	IDHM	IDHM Renda	Renda per capita
Brasília de Minas	0,54	0,656	0,612	360,93
Campo Azul	0,48	0,621	0,55	244,97
Japonvar	0,46	0,608	0,556	254,77
Lontra	0,5	0,646	0,589	312,77
Mirabela	0,48	0,665	0,596	326,06
Patis	0,47	0,614	0,55	244,72
Ubaí	0,49	0,609	0,552	247,91

<sup>2</sup> Projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais, N°. DEG-00026-13

De acordo com dados pesquisados e organizados pelo Centro de Estudo e Convivência com o Semiárido (CECS) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), a microrregião apresenta o predomínio de clima Subúmido Seco, com baixos índices pluviométricos, que varia de 963 a 1.190 mm concentrado entre os meses de outubro e março. Ainda conforme dados do CECS o tipo de Bioma predominante na área é o Cerrado, o que justifica a presença de pequi na área de estudo. A microrregião de Montes Claros é composta por 22 municípios (mapa3). Dentre eles de acordo com o IBGE 13 municípios são produtores de pequi<sup>3</sup>.

Essa região é composta por 22 municípios (Figura 1). Dentre eles de acordo com o IBGE 13 municípios são produtores de pequi<sup>4</sup>.

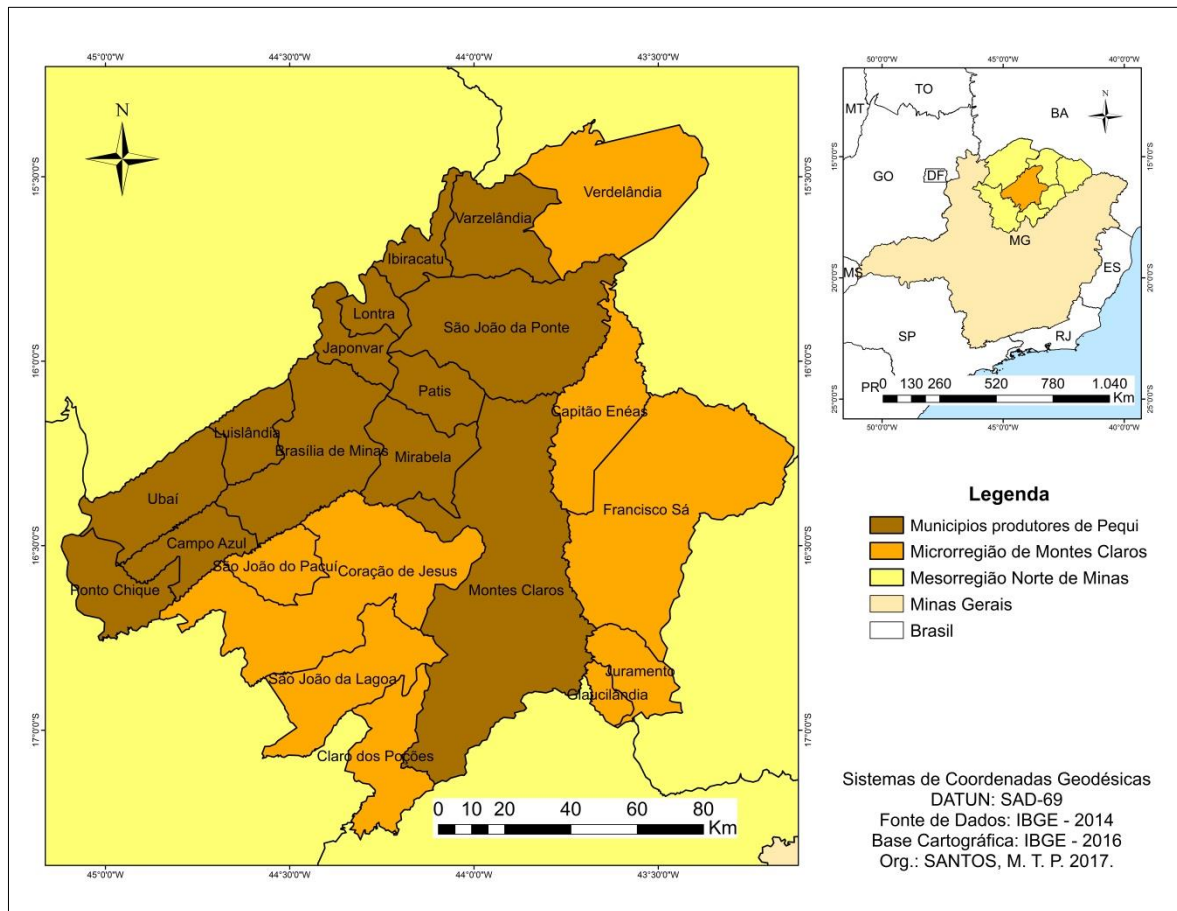


Figura 1: Localização da Área de Estudo

### Procedimentos metodológicos

Observados os objetivos do projeto, as estratégias metodológicas definidas para a coleta de dados, sistematização e análise foram construídas da forma mais eficiente possível, levando em consideração as variáveis tempo e recursos humanos e financeiros disponíveis para a execução do projeto.

O levantamento de dados foi conduzido por etapas, divididas em pesquisa bibliográfica, levantamento e análise de indicadores sociais e econômicos publicados por instituições oficiais de

<sup>3</sup> O desenvolvimento do projeto, a partir dos trabalhos de campo pode inferir que os dados apresentados pelo IBGE não informa todos os municípios produtores de pequi no Norte de Minas. A pesquisa identificou na região outras cidades onde o fruto apresenta relevância econômica e não contam na lista, como, Buritizeiro e Jequiá e coração de Jesus.

<sup>4</sup> O desenvolvimento do projeto, a partir dos trabalhos de campo pode inferir que os dados apresentados pelo IBGE não ilustra a realidade do que é a produção de pequi no Norte de Minas.

estatística, trabalho de campo com realização de entrevistas, visitas as Ematers e as comunidades rurais.

Desta forma, as estratégias empregadas possibilitam apresentar um panorama geral acerca da economia extrativista do pequi para as famílias que se dedicam a atividade. Através das informações colhidas a partir da observação *in locu* e entrevistas com extrativistas de diversas comunidades e municípios da Microrregião de Montes Claros foi possível apreender a importância econômica e a percepção do impacto dos rendimentos da atividade para a renda das famílias extrativistas.

Os municípios visitados foram selecionados a partir de dados de produção disponíveis no banco de dados do IBGE. A partir da identificação dos municípios produtores de pequi do Estado, foi definido o universo de pesquisa. A amostra foi selecionada a partir da quantidade de pequi produzida pelos municípios identificados. O estabelecimento de uma linha de corte definiu uma amostra tendo por critério a seleção dos municípios com maior produção do fruto do pequi no ano 2014.

De acordo com o IBGE no ano de 2014 foram contabilizados 94 municípios (ver Figura 2) produtores de pequi em Minas Gerais.

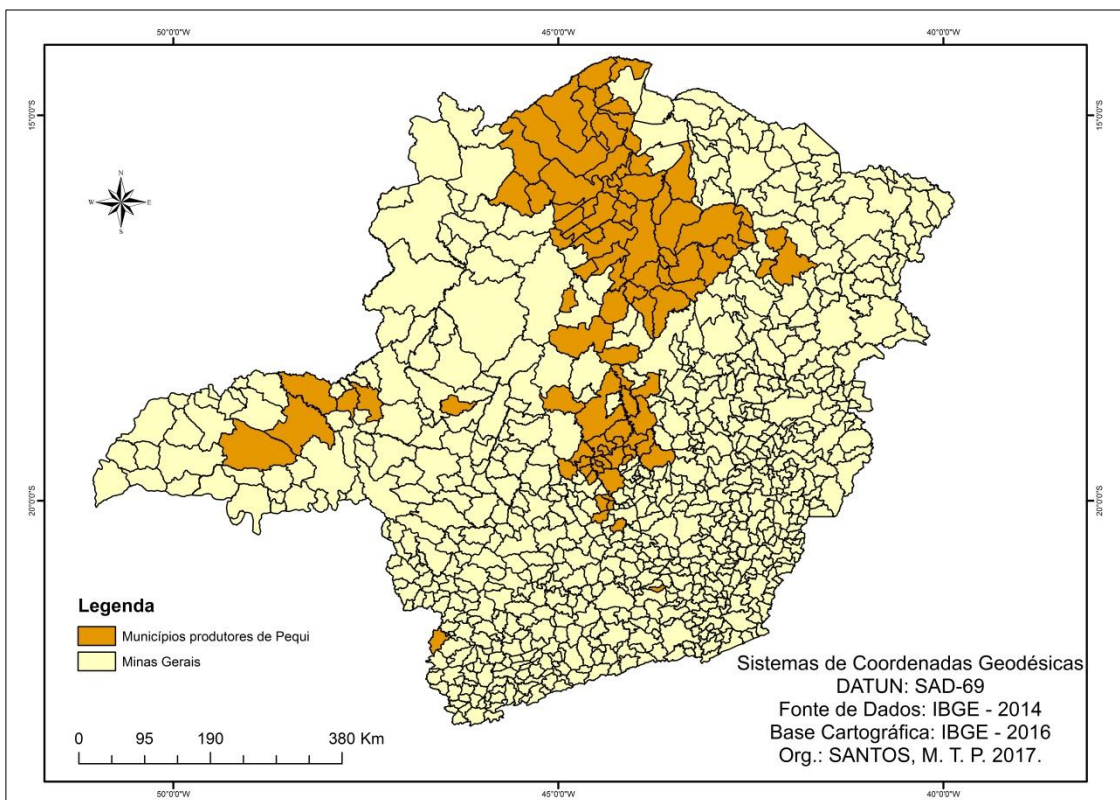


Figura 2: Municípios produtores de pequi em Minas Gerais de acordo com o IBGE no ano de 2014.

A partir deste levantamento foi estabelecido um número de corte referente à produção anual em toneladas do fruto do pequi, selecionando como amostra os municípios com produção anual superior a 200 toneladas<sup>5</sup>. A partir destes critérios foram selecionados 22 municípios divididos em grupos, levando em consideração a sua mesorregião e uma subdivisão a partir de suas

<sup>5</sup> Os números apresentados pelo IBGE foram utilizados apenas para estabelecer uma amostra, tem em vista que os trabalhos de campo demonstraram que tais números não condizem com a realidade produtiva do pequi nos municípios estudados, sendo impossível estabelecer relação entre estes e os números reais da produção que são muitos maiores.

Microrregiões (Figura 1). A fim de atender o escopo desse trabalho, vamos nos ater a destacar aqui os municípios selecionados que compõe a Microrregião de Montes Claros. A saber; Mirabela, Patis, Japonvar, Lontra, Varzelândia, São João da Ponte, Ibiracatu, Ponto Chique, Brasília de Minas, Luislândia e Ubaí. Destes descartaremos os municípios de São João da Ponte, Varzelândia, Ibiracatu e Ponto Chique onde os trabalhos de campo observaram que o extrativismo do pequi não apresentam relevância econômica a nível de município<sup>6</sup>.

Desta maneira, este artigo foi construído a partir da sistematização de dados levantados nos municípios de Mirabela, Patis, Japonvar, Lontra e Brasília de Minas. Ele se estrutura em três sessões; na primeira tratamos da caracterização da área estudada, onde são apresentadas as características socioeconômicas da Microrregião de Montes Claros e dos respectivos municípios investigados. A partir daí, apresentaremos um breve histórico sobre o extrativismo do pequi nessa região e como este passa de um fruto utilizado para o consumo doméstico para uma atividade e intensa exploração econômica. As narrativas da sessão seguinte tratam de descrever como se estrutura a cadeia produtiva do pequi na microrregião e quais são seus principais agentes. Por fim, buscamos apreender a partir de depoimentos de extrativistas e agentes envolvidos na cadeia produtiva do pequi, qual a relevância da atividade para o sistema de produção das famílias envolvidas com a atividade nas diversas comunidades rurais dos municípios investigados.

## EXTRATIVISMO DO PEQUI: DO CONSUMO FAMILIAR AO COMÉRCIO

Na área de estudo que compreende os municípios de Mirabela, Patis, Japonvar, Lontra, Brasília de Minas, Campo Azul e Ubaí, o extrativismo do pequi é uma fonte de renda para centenas de famílias habitantes de várias comunidades rurais que compõe esse território. Apesar de ter um ciclo de produção curto, o pequi é considerado pelas populações locais como a principal fonte de renda anual.

A atividade de coleta e comercialização do pequi se destaca como um símbolo da cultura local. O extrativismo é uma tradição familiar, realizada há décadas, exercido por praticamente todos os membros da família, principalmente nas comunidades rurais. O ciclo da safra é tido pelos moradores como um período de fartura e de possibilidades.

Há que considerar ainda que, o fruto sempre compôs a dieta alimentar dos moradores, tido como um alimento forte capaz de sustentar o corpo. O “pequi é um alimento que se você comer bem pequi você fica farto, fica forte. Gripe, pra gripe, a pessoa que está comendo pequi é difícil gripar, quando gripa é fraquinha a gripe”. (Ana, 79 anos, comunidade de Varjota, Limite entre os municípios de Mirabela e Montes Claros-MG, 2016).

Ao se debruçar sobre essa temática, Azevedo (p.56, 2008) demarcando o município de Japonvar como área de estudo, argumenta que,

Estas populações, identificadas predominantemente pelos aspectos sócios espaciais, em torno dos quais organizam a vida familiar e coletiva, conformam também matrizes de racionalidade adaptadas às condições ambientais/territoriais. É com esta fundamentação que se insere a perspectiva de que os frutos nativos desempenharam historicamente uma função alimentar social e ambiental destacada, especialmente na vida das populações rurais marginalizadas da região.

Apesar de ser uma atividade tradicional, a exploração generalizada do pequi é um fenômeno relativamente recente, se deu a partir do crescimento exponencial da demanda pelo fruto no mercado consumidor em outras regiões do país. Este ciclo tem início entre o final dos anos de 1990 e início dos anos 2000.

<sup>6</sup> Há que considerar que, nestes municípios existem comunidades e famílias isoladas que exploram a atividade a têm como uma importante fonte de renda.

Antes, o pequi era utilizado principalmente para o consumo familiar. O fruto *in natura* era preparado com arroz, frango, feijão, cozido e misturado na farinha ou mesmo consumido cru, também era comum a produção de óleo utilizado para preparo da comida e em alguns casos para fabricação de sabão. Relatos de extrativistas informam que o fruto também era utilizado para a alimentação de galinhas – o pequi era cozido e jogado para as aves, e segundo o conhecimento popular, por ser um alimento quente, ele é bom para fazer as galinhas botarem. Ainda hoje, algumas pessoas ainda alimentam as galinhas com o pequi, no entanto, apenas em contextos específicos, uma vez que, atualmente o fruto possui grande valor econômico.

Os relatos orais mostram que a mais de 80 anos os habitantes dessa região já exploravam o pequi como um meio de subsistência para a geração de renda. Dona Ana conta que começou a trabalhar com o extrativismo do pequi ainda criança. “Criei meus filhos apanhando pequi tirando óleo e vendendo (...). [comecei a trabalhar com o pequi com] 12 anos, eu casei com... não tinha dezesseis interado quando eu casei e já mexia”. (Ana, 79 anos, comunidade de Varjota, Montes Claros-MG).

Outro morador da comunidade de Sucuriu no município de Campo azul relata: “Moço! Deve ter uns quinze anos a vinte anos (que começamos a vender o pequi), porque antes não tinha isso não, esse negócio de pegar ele pra vender não tinha não. (...) Agente tirava o óleo, antes de ser o pequi agente tirava o óleo e... vendia”. (Extrativista 36 anos, 2017).

Antes da valorização econômica do pequi na região, apesar de algumas pessoas já explorarem comercialmente o fruto, principalmente o óleo, o comércio era muito restrito. Este se caracterizava pela baixa demanda que vinha basicamente do comércio local (cidade de Montes Claros) e baixo valor agregado.

Não, tinha não, você vê que agente tirava o óleo do pequi o óleo até perdia. Depois que apareceu esse comércio de pequi para exportar pra fora, aí que apareceu comprador aqui. O pequi perdia aqui, era pouca gente que apanhava. As vezes tirava o óleo do pequi era só pro consumo. Teve um ano mesmo que agente tirou quase 80 litros de óleo, porque naquela época assim, foi uma época que o serviço desapareceu e tinha muito pequi agente foi tirar pra vender, desses 80, agente vendeu 5 litros. (...)Hoje se tirar 80 litros você vende 200. (Valdeci, 56 anos, Comunidade de Pindaíba do Arroz, Patis).

No passado, Montes Claros desempenhava papel fundamental na configuração da cadeia produtiva do pequi, se configurando como um centro de comercialização regional a partir de onde o pequi além de atender a demanda interna, era distribuído para outras regiões do país.

Dona Tonha narra como se dava o comércio do pequi em Montes Claros até o momento do estabelecimento de novos arranjos comerciais com outras regiões do país. Momento que estabeleceu novos destinos para o pequi local e impulsionando o extrativismo na região.

Quando eu catava, eu ia lá no mato e pegava ne? Aí eu punha o pessoal no carro e nós ia lá buscar, nós juntava o pequi chegava aqui cortava o pequi e levava em Montes Claros pra vender lá, nas caixinhas de pau ne, já cortado. Aí depois já foi aumentando né, aí passou colocar naqueles sacão e levava pra vender lá. Aí depois veio Goiânia. (...) Ah eu comecei a vender pra seu Crispim [cliente de Goiânia] mais ou menos em 93 [1993]. A base é 90 [1990]. Naquela época a gente vendia 600 caixas pra seu Crispim, mas caixa de pau. Antes disso o mercado era Montes Claros... (Tonha, comerciante de pequi, município de Mirabela).

Durante sua narrativa ela ainda apresenta outro argumento que também explica o enfraquecimento do comércio com Montes Claros. “Hoje não vendemos mais em Montes Claros, porque os meninos que comprava na nossa mão, todo mundo comprou uma D20 aí eles vêm tudo aqui no mato catar”. (Julho de 2016).

A pesar do acentuado declínio do comércio com Montes Claros, há que considerar que, esta relação comercial ainda existe. Seu Aloísio, morador da comunidade de Muquem no Município de

Mirabela, ainda tem Montes Claros com um importante mercado para escoamento do pequi que ele compra na comunidade e redondezas. Outros depoimentos mostram que alguns catadores vendem diretamente para compradores de Montes Claros que passam nas comunidades comprando o pequi coletado.

A partir da entrada de novos mercados na atividade – principalmente do estado de Goiás –, houve um crescimento exponencial no extrativismo e comercialização do pequi. Nesse contexto ocorreu um aumento da demanda pelo fruto, facilitando a comercialização e intensificando o extrativismo. O processo de grande valorização econômica, motivado pelo aumento da demanda, provocou um *bom* na exploração da atividade, que se tornou a principal fonte de renda para centenas de famílias do Norte de Minas. Atualmente, tudo que é coletado é facilmente comercializado.

A partir da valorização econômica do pequi, se estabelece uma complexa rede de relações socioeconômicas, a partir das quais regem a cadeia produtiva do pequi nos municípios produtores.

### **DINÂMICA DA CADEIA PRODUTIVA DO PEQUI NA MICRORREGIÃO DE MONTES CLAROS**

O pequi é nativo, a lavora, você cuida dela, tudo bem, porque, você planta, o pé de laranja, talvez você planta duzentas muda de laranja, eu vou lá pegar a laranja, eu tó robando porque aquilo lá custou, mas uma coisa que nasceu lá! cê nunca colocou um pingo d'água lá! nunca colocou uma gota de adubo! cê fez nada pra quilo lá prosperar, aquilo é nativo!.  
(José Antônio, 56 anos, Comunidade de Melancia, Japonvar).

Essa interpretação é comum em vários municípios onde o pequi apresenta relevância econômica. Azevedo (p. 69, 2008), se referindo a Japonvar informa que, “a explicação mais comum, utilizada pela população para fundamentar a propriedade comunitária de tais recursos, é que sendo nativos, ninguém temo trabalho de plantar e cuidar para que produza os frutos”.

No entanto, há que considerar que, existem especificidades que diferenciam o arranjo produtivo de município para município. Em Mirabela, Patis, Japonvar e Lontra, apesar de os extrativistas estarem localizados em propriedades de terceiros, o fruto é visto como um bem público, em que todos podem ter acesso. As áreas de coleta estão localizadas em fazendas, próximas às comunidades. Os fazendeiros locais permitem a coleta do pequi em suas propriedades, que são intensamente exploradas, salvo alguns casos isolados onde o dono não permite a coleta dos frutos na propriedade – como é o caso da Fazenda Alvorada no município de Patis onde o proprietário colhe e processa todo o pequi produzido na área. Nesse cenário a população entende que o pequi é um patrimônio de uso comum. Observa-se nessas regiões uma noção de território comum do pequi.

Essa regra do direito ao extrativismo do pequi se difere nos municípios de Campo Azul, Ubaí e Brasília de Minas que apresenta características diferentes na sua organização produtiva de comunidade para comunidade. Nesses municípios, existe o arrendamento de fazendas por parte de empresários do ramo que na época da safra contratam pessoas para catarem o pequi, sendo assim proibida a coleta comunitária do fruto como acontece em outros municípios da microrregião. A que considerar ainda nessa região a ocorrência de outras formas de arranjos extrativistas.

Em comunidades de pequenos produtores, cada proprietário colhe o pequi de suas terras,

O pequi aqui é o seguinte ô, quando é no tempo dele, nós não sai pra vender não, os comprador vêm, nós vende tudo aqui na porta, cada um coleta o seu pequi na porta, ali encima tem mais morador, cada um panha seu lugar, junta tudo num lugar só que é ali perto da associação, do centro comunitário né. Mas cada um tem seu dono né, por exemplo, eu junto aqui na minha porta, o outro lá junta na porta dele, (...) todo mundo junta. Os dono da terra que tem o pequi, todo eles junta, todo ano, e os que não junta dá os outro pra panha na meia. (João Domingos, 69 anos, comunidade de Sumidorzinho, Brasília de Minas).



Como também expõe a citação acima, em outros casos os proprietários concedem o direito de exploração dos extrativistas de suas terras no sistema de “meia” (acordo de divisão pela metade dos lucros auferidos com o extrativismo). “Pra mim pegar na terra dos outros eu pego e dou ele a metade, (...) se pegar sessenta, trinta é dele... Aqui é desse jeito”.( Morador da comunidade Sucuriu, 36 anos, Campo Azul).

Independentemente da forma como se dá a dinâmica e as formas de acesso ao extrativismo, em toda a área de estudo a importância socioeconômica do pequi é verificada no conjunto das atividades de coleta, transporte, beneficiamento, comercialização e consumo, tanto do fruto “*in natura*” quanto dos produtos derivados (POZO, 1997; OLIVEIRA, 2006; MEDAETS *et al.*, 2007). Esse conjunto de atividades caracteriza-se como a cadeia produtiva do pequi que se desenvolve a partir de uma corrente de ações articuladas e integradas que vai desde a pré-produção (extração e/ou manuseio do pequi) até o seu consumo final (MIELKE, 2002).

No contexto das dinâmicas organizacionais em tela, podemos inferir quanto à estrutura comercial da cadeia produtiva do extrativismo do pequi na microrregião de estudo que, ela se estrutura fundamentalmente da interdependência entre quatro ou cinco agentes dependendo da região. Para efeitos heurísticos adotaremos aqui os nomes cunhados por Azevedo (2008) para distinguir os agentes dessa cadeia. A saber; os compradores locais, os compradores regionais e os compradores inter-regionais e aqui acrescentamos a figura do extrativista e ainda, no caso das regiões onde existe o arrendamento de fazendas, o fazendeiro arrendador.

Neste arranjo, os extrativistas são responsáveis pela coleta do pequi. Os compradores locais, que normalmente são moradores das comunidades, compram o pequi dos extrativistas mais próximos. Via de regra, eles passam diariamente nas casas dos extrativistas comprando o pequi coletado. Também é comum alguns extrativistas levarem a produção do dia até a casa do comprador local, conseguindo um preço melhor pelo pequi. Há que considerar que, na maioria das vezes os compradores locais e sua família também são extrativistas. Este agente é o intermediário na relação comercial entre o extrativista e os compradores regionais. Estes compram o pequi junto aos compradores locais. Também se observa contextos onde o comprador regional passar diariamente nas comunidades recolhendo o pequi nas casas dos extrativistas.

Nos municípios de Campo Azul, Ubaí e em alguns lugares de Brasília de Minas, existe ainda a figura do fazendeiro arrendador. Essa pessoa arrenda as fazendas para os compradores regionais os quais contratam pessoas para fazer a coleta do pequi, normalmente nas comunidades próximas.



Figura 3: Organograma da estrutura de comercialização do pequi na microrregião de Montes Claros.

O comprador regional é o agente articulador de uma rede de relações que envolvem as duas extremidades da cadeia produtiva. Ele estabelece relação com os extrativistas e compradores locais bem como, com os compradores inter-regionais para quem vendem o pequi (ver figura 3).

A partir do momento que o fruto está em posse do comprador regional, ele carrega os caminhões que diariamente transportam o pequi principalmente para o estado de Goiás e o Distrito Federal que será entregue ao comprador inter-regional.

Na microrregião de Montes Claros o pequi é basicamente comercializado *in natura*, com casca e medido em caixas. Em algumas comunidades rurais alguns extrativistas beneficiam o pequi e também vendem a polpa, o óleo ou os caroços em conserva. O processo de beneficiamento agrega valor ao produto que acaba gerando maior renda. Apesar de ser mais trabalhoso, a polpa de pequi proporciona maior lucro para os catadores. O comércio de pequi segue as leis de mercado de oferta e procura, desta forma, os extrativistas entendem que a produção de polpa só se torna viável a partir do momento em que a safra do pequi atinge seu pico de produção, período em que o preço da caixa atinge seu menor valor. Antes disso quando o pequi está sendo comercializado a um preço considerado bom, entende-se que não é viável o beneficiamento, sendo mais lucrativo a comercialização do pequi *in natura*. O óleo do pequi também é produzido por algumas pessoas, mas segundo os extrativistas o produto tem custo benefício ruim, pois é barato e o processo de fabricação demanda muito trabalho além de consumir grande quantidade de água.

Apresentadas as configurações que estruturam a cadeia produtiva do pequi na microrregião de Montes Claros nos cabe agora, demonstrar o impacto econômico da atividade para as famílias extrativistas. A guisa da apresentação, a próxima seção procura através das narrativas dos agentes da cadeia produtiva, demonstrar a importância econômica do pequi no sistema de produção econômica de centenas de famílias envolvidas com essa atividade na região.

## PEQUI: PRINCIPAL FONTE DE RENDA PARA OS EXTRATIVISTAS

**“O pequi hoje é a roça do povo aqui da Pindaíba”.**  
(Moradora da comunidade de Pindaíba do Arroz em Patis)

O extrativismo do pequi é realizado pela maioria dos habitantes das áreas de incidência do fruto nos municípios da região onde este presta relevância econômica expressiva. Homens, Mulheres, adultos, idosos, adolescentes e crianças se envolvem na atividade. O período da safra se estende por aproximadamente três meses por ano e acontece entre de novembro e março, variando de acordo com a região.

Ainda que reconheçam e destaquem a importância econômica do extrativismo do pequi na região, não se encontra dados de produção e arrecadação da atividade, seja nas Prefeituras ou nas Emater. Neste contexto, há que destacar as dificuldades encontradas para mensurar a produção anual do pequi, para que pudéssemos tecer análises a partir de dados quantitativos. Como destaca Azevedo (2008), as dificuldades de quantificar a produção e a arrecadação do extrativismo estão na informalidade a qual se estrutura todo o arranjo produtivo da atividade, tornando-se difícil apresentar estatísticas que possibilite mensurar o impacto econômico da atividade para as famílias, comunidades e municípios. Diante desta realidade, daremos ênfase aqui, a aspectos qualitativos que nos permitam demonstrar a importância do extrativismo proporcionado por este fruto no sistema de produção das centenas de famílias envolvidas nessa atividade na microrregião de Montes Claros.

Na época do pequi tudo se transforma, a rotina cotidiana dos moradores das comunidades rurais é alterada, muda à alimentação, moradores destacam que esse é um período de fartura onde se come carne<sup>7</sup> todos os dias. As pessoas têm oportunidade de adquirir bens duráveis e não duráveis,

<sup>7</sup> Por ser um alimento caro, o consumo de carne entre a população mais desfavorecida é limitado, o ato de se ter carne todos os dias a mesa é um sinal de fartura. Nesse sentido, expressões do tipo, “na época do pequi todo mundo come

construir ou reformar casas, fazer reserva de valor, etc. As comunidades ficam mais agitadas, o vai e vem de pessoas ficam intensos, seja pelo transitar dos catadores de pequi ou pelos compradores que diariamente percorrem as comunidades comprando o pequi. Os espaços de convivência das pessoas se expandem para as chapadas e tabuleiros. De fato essa é uma época de oportunidades e fatura.

Na época do pequi aqui não tem crise, ela agrega um valor na economia bem alta, eu calculo que no período aí a gente consegue aumentar entorno de uns 70% o nível de arrecadação do município. E aumenta pra todo mundo, porque entra criança, adulto, tudo na coleta, porque tá lá no quintal, todo mundo panha, então entra dinheiro mesmo, nesse período aí eu imagino que entra em torno de 70 a 80% de recursos do município. A grande vantagem é que o dinheiro vem de fora e o produto é nativo né? ... (Prefeito Japonvar, 2016).

De acordo com o IBGE 2010, os municípios hora em análises se assemelham no que diz respeito ao IDHR (Índice de Desenvolvimento Humano Renda) em média 0,57 e nível médio de renda per capita que é de R\$ 284,59. Valores que demonstram um baixo nível de renda da população. A partir de uma análise comparativa, entre a renda média apresentada e dados de campo podemos destacar a importância da renda agregada pelo extrativismo do pequi na economia das famílias. Tal interpretação é corroborada nas narrativas abaixo.

Aqui ninguém tem renda assim não. A renda minha aqui é quando eu trabalho um dia pra uma pessoa ganho 20,00 preço de um dia (...) vinte, vinte e pouquinho, vinte e cinco, mas nem isso tem, não tem.

Na época de pequi miora mais né, pra você vê, pega uma, duas caixinha cê vê, no preço que ta hoje, quinze, vinte, pega duas caixa da quarenta reais aí (...) agora passou também acabou, num tem esse negócio de ganhar dinheiro não. (Morador da comunidade de Sucuriu, Campo Azul, 2017).

Diante do quadro de falta de oportunidades de emprego vivenciado pelas populações rurais dos municípios do Norte de Minas, o extrativismo do pequi, se destaca como a principal e maior fonte de renda para as famílias dessa região. O período de produção deste fruto gera renda a crianças, homens, mulheres e idosos. Os lucros auferidos pelos “panhadores” de pequi são destinados à aquisição de roupas, calçados, material escolar, eletrodomésticos, veículos de transporte como bicicleta, moto, carro ou mesmo para pagar as despesas da casa. Nesse sentido, Azevedo (p. 67, 2008), já destacava o impacto positivo que o extrativismo proporcionava nas famílias e nas comunidades de Japonvar. “As pessoas evidenciam, com mais frequência e entusiasmo, os benefícios econômicos, a melhor qualidade de vida e desenvolvimento que as atividades em torno do pequi proporcionam para a localidade”...

A seguir, trazemos alguns depoimentos de moradores que destacam a importância econômica do extrativismo do pequi para as famílias. Seu João Domingos, que vende o fruto a mais de vinte anos, chama a atenção para o ciclo de fatura proporcionado pela atividade.

O povo tava um reclamo aí, tanto pra fora como pra qui, disse que a crise, não sei o que, faltando dinheiro, faltando aquilo outro né? Mas pelo menos aqui na época que teve os pequi, o povo não pode reclama de nada não, ... que vamo supor, que se não deu roça, mas os pequi deu. Eu conheço família, já aconteceu comigo, eu já fiz feira com o dinheiro do pequi aqui que eu passei um ano sem comprar nada, só com dinheiro do pequi, (...) eu investi meu dinheiro tudo em feira, fiquei o ano ínterim, nem lamina pra tirar barba. E não é só eu que faz isso não, aqui tem muitos que faz. (João Domingos, 69 anos, Comunidade de Sumidorzinho, Brasília de Minas).

carne”, “agente come muita” ou “come carne todo dia” utilizada por muitos extrativistas revela o sentimento de empoderamento econômico proporcionado pelo pequi.

Com vários anos de seca os moradores informam que a lavoura não produz a pelo menos três anos. Como o período da safra do pequi coincide com o período agrícola da região, muitos moradores estão deixando de plantar para se dedicarem a coleta do pequi.

“Hoje o pequi é a roça do povo”, essa afirmação de uma moradora da comunidade de Pindaíba no município de Patis expressa o quão importante o pequi se tornou no sistema de produção das famílias. O extrativismo deste fruto se constituiu como a principal atividade econômica na região em detrimento até mesmo da agricultura, atividade tradicional para pequenos produtores rurais que costumam cultivar milho e feijão no período “das águas”.

É uma época da pessoa aventurar né, por exemplo, já ta com seis anos que a lavoura num dá, agente que plantava roça, eu mesmo plantava, fui plantando, plantando, três anos seguidos perdendo, desisti. Então o que que você tem que fazer, apelar pelo o pequi né!? que se você ficar jogando na roça e no pequi você panhava pouco pequi e a roça não dava, no meio dos dois você não aventurava nenhum, agora tem que deixar a lavoura pra na época do pequi você aproveitar o pequi. (Valdeci, 56 anos, Comunidade de Pindaíba do Arroz, Patis).

Outros depoimentos como o de Seu Aloisio (65 anos) reafirma a importância econômica do extrativismo do pequi para as famílias.

Tem muito extrativista aqui na região nossa. E é um produto que serve pra todo mundo, que dá na época até as criança têm dinheiro. (...) agente já deixa o dinheiro apurado, chegou entregou recebeu. (...) é uma coisa que ajuda de mais todo mundo, ajuda todo mundo o pequi, na época todo mundo tem dinheiro. (Aloisio, 65 anos, comunidade de Muquem, Mirabela-MG)

No município de Patis, outro comerciante e comprador local da comunidade de Casa Nova destacam que,

Na época do pequi aí já miora bão né? Aqui cê já compra uma coizinha, já miora já, eu comprei essa motinha. (...) Todo Mundo come bão na época do pequi! O cara traz dez dúzia de pequi, na época é dois real, dez dúzia da vinte conto, já passa ali já compra uma feira já leva, acaba todo mundo comendo um trenzim, todo mundo tem uma graninha boa. (José Augusto, 59 anos)

Essas afirmativas levam a uma percepção de que a atividade aquece e movimentam o comércio das comunidades. Os comerciantes sentem o reflexo positivo do pequi no comércio. Seu José Antônio, (54 anos) um pequeno comerciante da comunidade de Melancia no município de Japonvar quando questionado se o comércio melhora na época do pequi, responde; “Melhora. É outra coisa, cê põe miudeza aí nada, eu nem vou pegar não porque não vende, na época do pequi não, vende, os caras que vêm pegar, os caras do caminhão compra, os catador de pequi compra, então o negócio é outra coisa”.

A perspectiva de entendimento sobre a relevância econômica do extrativismo do pequi conduzida até aqui, e corroborada nos depoimentos de compradores locais das comunidades de Tauá

em Lontra e Morumbu em Brasília de Minas ao estimarem que, na safra do pequi, colocam em circulação na comunidade, respectivamente R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) comprando o fruto dos extrativistas locais. Aqui é importante destacar que, esses montantes proporcionam um empoderamento econômico real das comunidades uma vez que, todo esse dinheiro é vem de fora do município trazidos pelos compradores inter-regionais. Levando em consideração a renda média per capita dos municípios estudados de R\$ 284,59<sup>8</sup>, estes valores representam um montante expressivo de recurso que passa a circular dentro das comunidades.

<sup>8</sup> Fonte: IBGE 2010.

Nas cidades os comerciantes destacam que entre os meses de novembro e março o comércio tem um aumento significativo nas vendas. Segundo os comerciantes, o crescimento das vendas nesse período tem relação direta com safra do pequi. Lojistas nos segmentos de vestuários, materiais de construção, eletrodomésticos, etc. destacam que o dinheiro oriundo do extrativismo do pequi aquece as vendas nessa época.

A safra do pequi é aguardada com ansiedade pelos catadores, que costumam estabelecer demandas a serem atendidas pelo dinheiro que será arrecadado com a venda do pequi. De modo geral, nos municípios estudados, a divisão dos lucros do pequi dentro da unidade familiar não obedece a um padrão.

A lógica de arrecadação e administração do dinheiro arrecadado com o pequi pelos membros da família é destacada por Azevedo (2008). O autor destaca que em todas as casas onde os membros da família são extrativistas “o valor em dinheiro que cada membro consegue com a quantidade de pequi que cata e vende pertence a ele próprio”. (AZEVEDO, p. 66, 2008).

Normalmente o que o marido e a mulher produzem são destinados para gastos com a família, quanto ao que os filhos arrecadam, esse dinheiro pode ser destinado tanto para os gastos da casa quanto para adquirir bens pessoais como roupas, material escolar, etc. Quanto as crianças, as narrativas dos informantes mostram que crianças a partir de cinco anos já coletam pequi. Normalmente com o dinheiro compram doces, pipoca, material escolar, bicicleta, etc.

Aguisa da apresentação, esta sessão trouxe elementos impressos nos depoimentos de extrativistas e pessoas envolvidas com a cadeia produtiva do pequi na área estudada, que nos permitiu avaliar, de forma qualitativa o quão o pequi contribui para garantir a reprodução das centenas de famílias que integram os territórios do pequi na microrregião de Montes Claros no Norte de Minas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estabelecer um recorte analítico dentro dos objetivos do Projeto Extrativismo do Pequi em Minas Gerais: potencial produtivo, aspectos culturais e ambientais, socioeconomia e organização comunitária, este artigo buscou de forma sucinta demonstrar a importância econômica que o extrativismo do pequi tem para os habitantes da área estudo. No entanto é imperativo chamar a atenção para a necessidade de fomentar e desenvolver a cadeia produtiva do pequi. Numa região de poucas possibilidades de emprego e geração de renda agravadas pela seca como é o caso, é fundamental que o poder público dê devida atenção para a atividade, tendo em vista que está tem potencial para ser a alternativa viável para o desenvolvimento local.

Os municípios que compõe a microrregião de Montes Claros apresentam um grande potencial para o desenvolvimento extrativismo, no entanto, os arranjos produtivos que regem a cadeia de produção distorcem a distribuição dos lucros gerados pela atividade e não explora todo o seu potencial. Exemplos de sucesso com a atividade como foi o caso da COOPERJAP<sup>9</sup>, enquanto esteve em funcionamento, demonstram que a organização comunitária e a criação de agroindústrias podem ser alternativas. Assim, estender o ciclo de exploração da atividade gerando emprego e renda para a população rural dos municípios por um período maior que três meses por ano. Iniciativas que podem contribuir ainda para uma exploração sustentável dos recursos materiais da natureza, a partir do incentivo a exploração de outros frutos do cerrado.

<sup>9</sup>A COOPERJAP funcionou entre os anos de.....e teve suas atividades interrompidas devido a dívidas com a receita federal por não recolhimento de impostos. Enquanto esteve em funcionamento ela contribuiu em muito para fortalecer arranjos produtivos em diversas comunidades rurais do município de Japonvar e sendo a principal responsável por estabelecer a alcinha do município que produz um dos melhores pequis do Estado, reconhecida nacionalmente.

## AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Universidade Estadual de Montes Claros pelo suporte disponibilizado quanto ao transporte. Agradece também a Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG pelo incentivo à pesquisa e pelas bolsas de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A. I. **O arranjo institucional de uso comunitário do Pequi (*Caryocar Brasiliense*) no município de Japonvar/MG**. 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2008.

CARVALHO, P. E. R. **Espécies arbóreas brasileiras**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Colombo: Embrapa Florestas, 2008. V. 3, 593 p.

FAGUNDES, M.; ARAUJO, L. S.; NUNES, Y.R.F. Efeitos do Estágio Sucessional do Habitat na Fenologia do Pequi (*Caryocar brasiliense*: Caryocaraceae). **Revista Brasileira de Biociências**, Porto Alegre, v. 5, supl. 1, p. 144-146, 2007.

FONSECA, G. L. **Mineração no Norte de Minas: Gerais e Geraizeiros ameaçados em função do Projeto Valem do Rio Pardo na Microrregião de Grão Mogol – MG**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2014.

FREDERICO, S. Formação Territorial de Minas Gerais. In: **II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico**, 2, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2009.

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. Brasília: EMBRAPA-SPI, Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental, 1993. 201 p.

IBGE. **Produção da extração vegetal e silvicultura**. v.29. 2014 – Brasil.

IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro. 2010

LORENZI, H. **Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil**. 4. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2002. V. 1, 368 p.

MEDEIROS, J. DE D. **Guia de campo: vegetação do Cerrado 500 espécies** – Brasília: MMA/SBF, 2011. 532 p.: il. color. ; 29 cm. (Série Biodiversidade, 43)

MIELKE, E. J. C. **Análise da cadeia produtiva e comercialização do xaxim, *Dicksonia sellowiana*, no estado do Paraná**. Curitiba. Universidade Federal do Paraná. Departamento de Ciências Sociais. Dissertação de mestrado. 2002

POZO, O. V. C. **O pequi (*Caryocar brasiliense*): uma alternativa para o desenvolvimento sustentável do cerrado no norte de Minas Gerais**. 1997. 100 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 1997.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. Fitofisionomias do bioma cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. de. **Cerrado: ambiente e flora**. Planaltina, DF: EMBRAPA-CPAC, 1998. p. 89-152.

SANTOS, B. R.; PAIVA, R.; DOMBROSKI, J. L. D.; MARTINOTTO, C.; NOGUEIRA, R. C. & SILVA, A. A. N. **Pequizeiro (Caryocar brasiliense Camb.): uma espécie promissora do cerrado brasileiro**. Boletim Agropecuário da Universidade Federal de Lavras, 64. 2004.

SILVA M. N. S. **Entre brejos, grotas e chapadas: o campesinato sertanejo e o extrativismo do Pequi nos Cerrados de Minas Gerais**. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Instituto de Geociências. Programa de pós-graduação em Geografia. Belo Horizonte, 2011

VILELA, G. F.; CARVALHO, D. de.; VIEIRA, F. de A. **Fenologia de Caryocar brasiliense Camb. (Caryocaraceae) no Alto Rio Grande, sul de Minas Gerais**. Cerne, Lavras, v. 14, n. 4, p. 317-329, out/dez, 2008.

**Recebido para publicação em 15 de julho 2017**  
**Aceito para publicação em 18 de setembro de 2017**